



# Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

## COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL (CLJR):

**PARECER** Nº 177, de 15 de dezembro de 2025.

**OBJETO:** Projeto de Lei Ordinária nº 086/2025, que “Dispõe sobre o Plano Plurianual do Município de Ubá para o quadriênio 2026-2029.”

**AUTORIA:** PREFEITO JOSÉ DAMATO NETO

### 1- RELATÓRIO

Trata-se de projeto de lei, de iniciativa do Poder Executivo, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2026-2029, do Município de Ubá, contemplando os objetivos, metas, diretrizes e programas governamentais para o período.

Instruem o projeto em epígrafe, no que interessa: (i) Mensagem nº 062/2025; (ii) Minuta do Projeto de Lei Ordinária n.º 86/2025; (iii) Anexos do PPA: Anexo 01 Receitas; Anexo 02: Descrição dos Programas Governamentais, Metas e Custos; Anexo 03: Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental; e Anexo 04: Proposta de Programa Setorial - Identificação das Ações.

Na mensagem anexa a proposição, o chefe do Executivo mencionou que o Plano Plurianual “foi elaborado em consonância com os dispositivos constitucionais, a Lei Orgânica Municipal e as normas que regem o planejamento e a gestão pública. O referido Plano traduz as diretrizes estratégicas, os objetivos e os programas de governo que nortearão a ação administrativa do Município no período, orientando a elaboração das Leis de Diretrizes Orçamentárias e das Leis Orçamentárias Anuais subsequentes.”



# Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

Ainda destacou que *“que sua construção foi pautada pelo planejamento realista dos valores, em conformidade com a realidade vivenciada pelo Município, de forma a assegurar a máxima eficiência na aplicação dos recursos públicos, garantindo que cada centavo seja utilizado com responsabilidade e em benefício da coletividade, propiciando sobremaneira a promoção da justiça social e desenvolvimento sustentável.”*

Desse modo, a presente proposição entrará em pauta, observando os termos regimentais, em Seção Extraordinária. Novas emendas, além das analisadas pelo presente, não serão objeto de parecer, tendo em vista a apresentação deste (art. 99, RICMU).

Na sequência, seguindo os ditames regimentais, vem a esta comissão o projeto em questão, a fim de ser apreciada quanto aos seus aspectos constitucional, legal e jurídico, com fulcro no no artigo 41 do novo Regimento Interno da Câmara Municipal de Ubá (Resolução nº 1/2022):

***Art. 41. Compete à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final manifestar-se sem prejuízo dos assuntos específicos das demais comissões, sobre todos os assuntos quanto ao aspecto constitucional, legal ou jurídico e quanto à forma técnico-legislativa e de linguística das proposições e:***

***I - manifestar sobre todas as matérias e proposições em tramitação na Câmara;***

***II - fazer a redação final das proposições que sofrerem modificações em Comissão ou em Plenário.***

***(...)***

Feito o relatório, passa-se a opinar.

## I- FUNDAMENTAÇÃO

No que cerne a iniciativa para legislar sobre a matéria, a Constituição da República Federativa do Brasil, através da dicção do dispositivo do artigo 165, I, II, III, § 2º



# Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

estabelece que se trata de matéria de competência exclusiva do poder executivo, conforme enunciado do dispositivo legal abaixo descrito.

*Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:*

*I – o plano plurianual;*

*II – as diretrizes orçamentárias;*

*III – os orçamentos anuais;*

*§ 1º A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada (grifo nosso).*

De igual forma, levando em consideração ao poder constituinte derivado decorrente, a Constituição da República Federativa do Brasil atribuiu autonomia aos demais entes federados para se organizarem nos seus aspectos político, administrativo, e financeiro por meio de suas próprias Constituições quando se tratar de estados membros, e através da Lei Orgânica quando se tratar de municípios.

Assim sendo, ainda quanto a iniciativa para legislar sobre a matéria, a Lei Orgânica Municipal, em seu artigo 144, II, estabelece que é de competência exclusiva do poder executivo local.

Quanto à análise dos aspectos constitucional, jurídico e redacional da proposição, o artigo 144, §2º, I, II, III e IV da Lei Orgânica Municipal, estabelece os critérios a serem observados no projeto de lei que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias, *in verbis*:

*Artigo 144 da LOM – Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:*

*I – o plano plurianual;*

*(...)*

*§ 1º O plano plurianual compreenderá:*





# Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

*I – diretrizes, objetivos e metas para as ações municipais de execução plurianual;*

*II – Investimentos de execução plurianual;*

*III – gastos com a execução de programas de duração continuada.*

A proposição foi elaborada com a finalidade de estabelecer *metas e prioridades com os gastos da administração pública para o exercício financeiro subsequente*, com o escopo de atender os preceitos constitucionais.

Portanto, o presente Projeto de Lei, com seus respectivos anexos, buscou cumprir os requisitos constitucionais e legais transcritos, bem como observado o prazo para envio à Câmara Municipal de Ubá.

No entanto, para se fazer uma análise sobre a constitucionalidade do Plano Plurianual, mister se faz necessário observar a sua adequação com os critérios estabelecidos na Constituição Federal, na Lei Complementar de nº 101/2000 e na Lei Orgânica Municipal.

Passemos, portanto à análise do conteúdo e forma do projeto de Lei do Plano Plurianual para o quadriênio 2026-2029, nº 086/2025.

No aspecto formal, salienta-se a realização da audiência pública pela Comissão de Orçamento, Finanças e Tomada de Contas (COFTC) da Câmara Municipal de Ubá, em 04 de dezembro, no plenário desta Casa. A apresentação foi elaborada pela Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico da Prefeitura Municipal de Ubá, sendo indicada a proposta para o Orçamento que compreende o quadriênio 2026-2029, tendo como receita estimada para o exercício de 2026, R\$ 631.509.600,00 (seiscentos e trinta e um milhões, quinhentos e nove mil e seiscentos reais). Ressalta-se que a realização de audiência pública consiste em exigência prevista na Lei Complementar 101/200, a Lei de Responsabilidade Fiscal. Ressalta-se que a realização de audiência pública consiste em exigência prevista na Lei Complementar 101/200, a Lei de Responsabilidade Fiscal. Vejamos o que dispõe a legislação supramencionada sobre o tema:



# Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

*Art. 48. São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos.*

*§ 1º A transparência será assegurada também mediante:*  
*(Redação dada pela Lei Complementar nº 156, de 2016)*

*I – incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos;*  
*(Incluído pela Lei Complementar nº 131, de 2009).*

*II – liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público; e*  
*(Redação dada pela Lei Complementar nº 156, de 2016)*

*III – adoção de sistema integrado de administração financeira e controle, que atenda a padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Poder Executivo da União e ao disposto no art. 48-A.*  
*(Incluído pela Lei Complementar nº 131, de 2009) (Vide Decreto nº 7.185, de 2010)*

*§ 2º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios disponibilizarão suas informações e dados contábeis, orçamentários e fiscais conforme periodicidade, formato e sistema estabelecidos pelo órgão central de contabilidade da União, os quais deverão ser divulgados em meio eletrônico de amplo acesso público.*  
*(Incluído pela Lei Complementar nº 156, de 2016)*

*§ 3º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios encaminharão ao Ministério da Fazenda, nos termos e na periodicidade a serem definidos em instrução específica deste órgão, as informações necessárias para a constituição do registro eletrônico centralizado e atualizado das dívidas públicas interna e externa, de que trata o § 4º do art. 32.*  
*(Incluído pela Lei Complementar nº 156, de 2016)*

*§ 4º A inobservância do disposto nos §§ 2º e 3º ensejará as penalidades previstas no § 2º do art. 51.*  
*(Incluído pela Lei Complementar nº 156, de 2016)*





# Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

*§ 5o Nos casos de envio conforme disposto no § 2o, para todos os efeitos, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios cumprem o dever de ampla divulgação a que se refere o caput. (Incluído pela Lei Complementar nº 156, de 2016)*

*§ 6o Todos os Poderes e órgãos referidos no art. 20, incluídos autarquias, fundações públicas, empresas estatais dependentes e fundos, do ente da Federação devem utilizar sistemas únicos de execução orçamentária e financeira, mantidos e gerenciados pelo Poder Executivo, resguardada a autonomia. (Incluído pela Lei Complementar nº 156, de 2016)*

*Art. 48-A. Para os fins a que se refere o inciso II do parágrafo único do art. 48, os entes da Federação disponibilizarão a qualquer pessoa física ou jurídica o acesso a informações referentes a: (Incluído pela Lei Complementar nº 131, de 2009).*

*I – quanto à despesa: todos os atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa, no momento de sua realização, com a disponibilização mínima dos dados referentes ao número do correspondente processo, ao bem fornecido ou ao serviço prestado, à pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado; (Incluído pela Lei Complementar nº 131, de 2009).*

*II – quanto à receita: o lançamento e o recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários. (Incluído pela Lei Complementar nº 131, de 2009).*

Dessa forma, houve o cumprimento do requisito formal essencial para garantir a publicidade e transparência da gestão fiscal na elaboração da lei de diretrizes orçamentárias.

Neste sentido, *não há vício de iniciativa na matéria*, tendo em vista que, legislar sobre orçamento é competência privativa do Poder Executivo, nos termos da Constituição Federal, da Constituição Estadual, e através do atendimento ao princípio da simetria, também da Lei Orgânica Municipal.



# Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

Quanto ao conteúdo, o projeto de lei em epígrafe estabeleceu as diretrizes e os programas de governo, bem como os objetivos e metas para o quadriênio 2026-2029, estimando as prioridades da Administração Pública Municipal

Foi estabelecido ainda pelo Poder Executivo, no art. 4º, as prioridades da administração pública, quais sejam: *“I- promoção da excelência na saúde pública, assegurando atendimento humanizado, acesso universal e valorização dos profissionais; II - garantia de educação de qualidade, inclusiva e equitativa, com valorização dos profissionais e ampliação da oferta na educação infantil e fundamental; III - fortalecimento da segurança pública e do desenvolvimento social, com políticas integradas de prevenção, assistência e inclusão; IV - realização de obras e investimentos em infraestrutura urbana, pavimentação, revitalização de espaços públicos, mobilidade e saneamento; priorizando V- fomento ao desenvolvimento econômico sustentável, com apoio ao empreendedorismo, desburocratização e geração de emprego e renda; VI - implementação de políticas de proteção social, com atenção à mulher, ao idoso, à criança, ao adolescente e à juventude, promovendo inclusão e garantia de direitos; VII - consolidação da sustentabilidade ambiental, com ações de preservação, recuperação de áreas verdes, educação ambiental e incentivo à produção sustentável; VIII - modernização da gestão pública, por meio da digitalização de serviços, inovação tecnológica, transparência e participação social efetiva.”*

Diz também no Parágrafo único do mesmo artigo, que além das prioridades estabelecidas, as leis de diretrizes orçamentárias poderão contemplar novas prioridades para os exercícios de 2027, 2028 e 2029, nos termos do disposto no § 2º do art. 165 da Constituição.

§2º do projeto em epígrafe, que os valores financeiros previstos no respectivo P.L., bem como seus anexos, são referenciais e não constituem limite à programação e à execução das despesas que estiverem previstas expressamente nas leis orçamentárias de cada ano, e nas leis que as modiquem.



# Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

Ubá, 15 de dezembro de 2025.

JOSÉ ROBERTO REIS FILGUEIRAS

RELATOR

Manifestação da Comissão:

- ☒ Favorável  
☐ Favorável com restrições  
☐ Contrário

Vereador

- ☒ Favorável  
☐ Favorável com restrições  
☐ Contrário

Vereador